

PREFÁCIO

Aceitei com prazer prefaciá-lo este livro organizado por Isaura Monica Zanardini, João Batista Zanardini e Roberto Antonio Deitos, ambos professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Brasil), e Maura Pesce, professora da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso (Chile). As organizadoras e os organizadores são, também, integrantes da *Red Latinoamericana de Investigación en Evaluación (RELIEVA)*, entidade que reúne pesquisadores de cinco países da América Latina, entre eles o Brasil. Os textos incluídos nesta coletânea respondem ao compromisso dessa Rede expresso por ocasião de sua fundação em 2016, de promover estudos críticos sobre as orientações hegemônicas em nível mundial em relação a formas de avaliação externa e, a partir daí, formular propostas alternativas de avaliação educativa numa perspectiva crítica e transformadora. A iniciativa é elogiável, pois valoriza estudos comparados que buscam estabelecer diálogos entre escola e academia articulando conexões efetivas entre as dimensões macro e micro da realidade educacional. Essa intencionalidade revela um determinado entendimento no âmbito da pesquisa educacional de que estudos sociológicos, antropológicos, econômicos, adquirem sentido quando voltados, de alguma forma, ao que é nuclear nas finalidades da educação escolar: a formação e o desenvolvimento de seres humanos nas situações concretas em que se dão as práticas educativas.

O livro traz nove capítulos referentes a políticas de avaliação em larga escala de sistemas educacionais do Chile, Argentina e Brasil, e cinco, a propostas alternativas de avaliação do México, Chile, Argentina e Brasil. Na leitura dos capítulos sobressai a semelhança, entre esses países, quanto às linhas gerais de condução das reformas educativas e das políticas de avaliação em larga escala em consonância às demandas do neoliberalismo, da economia globalizada e, cada vez mais, de processos ideológicos e culturais, expressos por Organismos Multilaterais. Coincidem, assim, na proposição de políticas de centralização curricular, de aprendizagens na forma de competências, de provas nacionais para medir o aproveitamento escolar, de utilização dos resultados obtidos pelos alunos para controle e responsabilização das escolas e professores e de formas de gerenciamento das escolas conforme a lógica empresarial. Além disso, as políticas educacionais baseadas em avaliações externas são vistas por boa parte dos autores como forma de controle do Estado visando manter as relações capitalistas de produção no campo da educação, à medida que se constituem em meios de regulação do sistema educacional e de controle social para promover o consenso social no interesse do mercado.

Os temas abordados no livro suscitam alguns comentários, a partir dos objetivos da publicação de vincular os diagnósticos e análises das políticas de avaliação externa a caminhos alternativos de práticas avaliativas nas escolas. O primeiro diz respeito ao fato de os estudos apresentados apontarem como finalidades e funções da escola de resultados o suprimento de conhecimentos e habilidades básicas para demandas do mercado expressos em competências, busca de eficiência e

produtividade por meio da gestão empresarial, introdução de competências socioemocionais em função de exigências do mundo do trabalho. A crítica política a essas avaliações, feita de forma consistente em vários capítulos, possibilita deduzir os seus impactos no funcionamento pedagógico das escolas. Com efeito, finalidades circunscritas a atender demandas econômicas e mercadológicas resultam no empobrecimento dos objetivos e conteúdos da escola com repercussão nas práticas de avaliação. Assentado em competências elementares e conteúdos restritos a determinadas disciplinas, o currículo de resultados não atua na formação de capacidades intelectuais necessárias ao desenvolvimento do pensamento e na formação da personalidade global dos alunos. Ao padronizar expectativas de aprendizagem, esse currículo favorece alunos com condições sociais e intelectuais e prejudica os que carregam consigo desigualdades sociais e escolares, confirmando o critério meritocrático. Dessa forma, a homogeneização de conteúdos e métodos de ensino leva à deformação do processo de avaliação das aprendizagens uma vez que este fica reduzido a formas de quantificação dos resultados. Com isso, o professor é destituído do seu papel de lidar pedagogicamente com os conteúdos em ligação com necessidades individuais, sociais, culturais e materiais dos alunos e de suas vivências cotidianas, e tem restringida sua autonomia e iniciativa para realização de avaliações internas referentes ao seu trabalho com os alunos.

Um segundo comentário, ainda no sentido de estabelecer conexões entre a crítica política às avaliações externas e as formas emancipatórias de avaliação na escola, diz respeito a formas pelas quais modelos standardizados de avaliação incidem na conformação de características das instituições e dos sujeitos, tema esse abordado em vários capítulos. Com efeito, esses modelos induzem práticas avaliativas assentadas em valores sociais de êxito, classificação, competição, hierarquização que, sintetizados na ação do professor nem sempre de forma consciente, ganham determinados significados no contexto escolar, ora incentivando formas de competição ora promovendo segregação ou exclusão de alunos com interferências na autoestima, na relação com o estudo e no desempenho escolar.

O terceiro comentário se refere às competências socioemocionais, em ligação com as questões abordadas anteriormente. Vários capítulos mencionam a presença desse tema em documentos mais recentes da OCDE e, não por acaso, inserido com destaque na BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Como afirmado em um dos capítulos do livro, as competências socioemocionais, ao sujeitar as condições de sociabilidade e de comportamento social e emocional aos ditames do mercado, limitam o processo de formação humana. Com base em análise documental, autores mostram que organismos multilaterais introduzem no currículo, manifestamente, determinadas habilidades – entre outras, flexibilidade, autonomia, relações interpessoais, resolução de conflitos, capacidade de antecipação de problemas – tendo em vista a constituição das subjetividades dos alunos compatível com a atual configuração do mercado de trabalho. Trata-se de mais um elemento curricular destinado a formar individualmente o trabalhador em questões de comportamento social e emocional para enfrentar mudanças ou

situações imprevisíveis postas pela reorganização do trabalho dentro da economia neoliberal globalizante, algo que o sociológico norte-americano T. Popkewitz chamou de *make a kind of people* (fazer ou “fabricar” certo tipo de pessoas). Reforça-se, assim, a lógica da educação de resultados de sujeição a demandas produtivas e de tornar a escola lugar de competição para a disputa de postos de trabalho. O que os professores precisam compreender é que o desenvolvimento emocional e psíquico dos alunos é elemento imprescindível do processo formativo, no entanto, não pode estar reduzido a habilidades exigidas pelo mercado.

São estas algumas considerações suscitadas pela leitura deste livro e que reforçam a necessária interligação, na pesquisa educacional e na formação de professores, entre aspectos externos e aspectos internos das práticas educativas escolares, ou seja, entre determinantes sociais, ideológicos, políticos e formas de organização da atividade escolar e de ações pedagógico-didáticas. Com efeito, instituições educativas e suas práticas situam-se em contextos políticos e socioculturais e, simultaneamente, atuam na configuração de motivos e habilidades desejadas para a vida pessoal e social. Desse modo, o impacto social e acadêmico das análises externas é relevante quando ajudam os professores e futuros professores a compreenderem a interligação entre aqueles determinantes e as formas de intervenção pedagógica que atuam na formação e no desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e ético dos alunos. Tendo em vista essa interligação, pesquisadores e formadores de professores, cientistas sociais e pedagogos, precisam juntar-se para buscar respostas para algumas perguntas cruciais: a) Se o sistema de avaliações externas rebete diretamente no funcionamento das escolas e das salas de aula, porque boa parte do campo investigativo da educação é tão arredo a atribuir valor e crédito a pesquisas voltadas para a escola, a didática, a sala de aula? b) O que é requerido dos sociológicos da educação e analistas de políticas educacionais para se aproximarem efetivamente das escolas para ajudar os professores não só na apropriação de análises políticas mas, também, de ações pedagógico-didáticas concretas de contraposição a políticas utilitárias e pragmáticas como é a educação de resultados? c) Como as análises externas das questões educacionais (sociais, culturais políticas) podem ajudar os professores a planejar e realizar seu trabalho articulando os conteúdos e metodologia de ensino às condições sociais, culturais e materiais dos alunos e, desse modo, impactando as práticas de avaliação?

Os autores dos capítulos trazem importantes contribuições para o enfrentamento dessas questões. Pensar alternativas de avaliação em contraponto às avaliações externas depende de esforços em torno de um pacto entre educadores progressistas acerca das finalidades educativas da educação escolar de cunho emancipatório voltadas para o desenvolvimento das potencialidades humanas dos alunos a serviço da sociedade, de onde emergirão outras práticas avaliativas para o sistema escolar e para o processo de ensino-aprendizagem. Trata-se, em minha opinião, de uma educação escolar voltada para o desenvolvimento humano por meio da formação cultural e científica, em articulação direta com as práticas socioculturais e materiais concretas de vida dos alunos.

Parabenizo os organizadores e autores deste livro pela iniciativa da publicação, especialmente pelo propósito de conjugar análises críticas das avaliações externas a contribuições relevantes em relação a propostas alternativas de avaliação educativa escolar numa perspectiva crítica e transformadora e por acreditarem que o controle sobre o currículo e a escola pelas avaliações externas não anula a iniciativa e a autonomia dos professores em relação aos conteúdos, metodologias e formas de avaliação, pois são seres ativos, transformadores, criadores.

José Carlos Libâneo

14/12/2020, data em que se completam nove meses de isolamento social devido à pandemia por Covid-19.